

O TRADUTOR E SEU DISCURSO: QUE LUGAR É OCUPADO POR ELE?

Débora de Castro BARROS (UFRJ)¹⁶⁹

RESUMO: Este trabalho leva em consideração dois eixos teóricos para analisar como o discurso do tradutor se apresenta na tradução, sendo esta pensada como *processo tradutório*, ou seja, como “um processo de produção de discurso”, em que o texto traduzido passa a portar outro discurso, aquele do tradutor, apesar de ter como base uma “matriz”. Assim, o discurso que se apresenta no texto traduzido, o discurso que fica visível, é o do tradutor. Desse modo, são estes os eixos teóricos que usaremos para a discussão do tema: a análise de discurso (AD) de base francesa, de Michel Pêcheux, e o binômio poder-saber, cunhado pelo filósofo, também francês, Michel Foucault. O tradutor, então, pela perspectiva teórica atual dos estudos da tradução, não é um reproduzidor fiel do texto original que ele traduz. Como será visto, a noção de fidelidade, sob essa perspectiva, é contestada.

Palavras-chave: Análise de discurso; Poder-saber; Visibilidade; Tradução; Processo tradutório.

ABSTRACT: *This paper takes into consideration two theoretical axes to analyze how the translator's discourse presents itself in translation. Translation is understood here as a translation process, i.e. as a discourse production process, in which the translated text conveys another discourse, the translator's, even though it has the same "matrix". Therefore, what is seen in the translated text is the translator's discourse; it is the translator's discourse that becomes visible. Thus, the two theoretical axis that are going to be used in the discussion of this theme are French discourse analysis (DA), based on the work of Michel Pêcheux, and the binomial power/knowledge, a term coined by French philosopher Michel Foucault. Under the current theoretical perspective of Translation Studies, the translator is no longer a faithful reproducer of the original text he translates. As we are going to discuss in our study, the notion of faithfulness is challenged by this viewpoint.*

Keywords: *Discourse analysis. Power/knowledge. Visibility. Translation. Translation process.*

INTRODUÇÃO

Os recentes estudos da tradução vêm ganhando crescente importância no meio acadêmico. Trazendo uma nova perspectiva para pensar a tradução, eles a consideram interdisciplinarmente, em que se relacionam disciplinas como as ciências sociais, a linguística e mesmo a psicanálise. Isso porque são considerados aspectos como as identidades culturais, as relações entre as línguas, para além das similaridades de significantes e significados, e o papel que exerce a figura central desse processo, o tradutor, como sujeito discursivo. Assim, este trabalho tem por objetivo discutir o lugar que o tradutor ocupa em face de seu discurso, um lugar de invisibilidade, quando se trata do texto da tradução, mas também *explicitamente* de fala, quando se refere aos paratextos daquele.

O trabalho se apoia em dois eixos teóricos: a análise de discurso (AD) de base francesa, de Michel Pêcheux, e o binômio poder-saber, cunhado pelo filósofo, também francês, Michel Foucault. A primeira contribui para pensar a tradução e, conseqüentemente, o papel que o tradutor exerce nela como *processo tradutório*, ou seja, como “um processo de produção de discurso” (MITTMANN, 2003, p. 11), como “um processo de produção de um discurso que se materializa no texto da tradução e que tem como especificidade partir da

¹⁶⁹ Mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas (opção Língua Francesa, Tradução) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista Capes. Copidesque e revisora de textos com 20 anos de atuação no mercado. Tradutora.

leitura de um texto específico anterior, o texto original” (MITTMANN, 2003, p. 42). Ao se considerar a tradução como processo tradutório, isto é, como processo de produção de discurso, o texto traduzido passa a portar outro discurso, aquele do tradutor, apesar de ter como base uma “matriz”. Contudo, independentemente de qual posição se adote com relação à tradução, seja uma mais tradicional, seja uma mais contemporânea, quem acaba por ficar em evidência, tanto para as boas críticas quanto para as ruins, é o tradutor. Mas esse “estar em evidência” não o revela de fato, porque seu papel é, na maioria das vezes, visto como secundário em relação ao papel do autor ao produzir o texto original; isso porque a concepção de que a tradução é a produção de um novo discurso não prevalece. Assim, para que o tradutor seja visto, seja ouvido em sua própria voz, em seu próprio discurso, e não como um eco da voz do autor, no sentido de que acessa a mensagem que este quer transmitir, é preciso que seu discurso apareça. Isso quer dizer que, embora o texto traduzido já seja um lugar de produção do discurso do tradutor, sua voz passa a ser reconhecida nos prefácios, nas apresentações, isto é, nos paratextos, e, logicamente, nas notas do tradutor, em que esse espaço de evidência ganha uma marca: a N.T. Contudo, pensando a tradução como processo tradutório, a pretensa fidelidade, tão ardentemente almejada, é contestada, pois a tradução passa a ser uma interpretação, com todos os matizes de que esta é capaz.

É deste ponto que este texto vai tratar: que lugar o tradutor ocupa em face de seu discurso, uma vez que este é apagado no texto da tradução?

A TRADUÇÃO COMO PROCESSO TRADUTÓRIO

Quando pensamos no trabalho do tradutor, a primeira questão que vem à mente é, necessariamente, o trabalho da tradução em si, ou seja, o de transpor, de uma língua para outra, um texto escrito por alguém, o que configura a concepção tradicional de tradução, de que traduzir seria transpor as ideias de um texto, o original, para outro texto em outra língua, o texto traduzido. Nesse caso, então, o papel do tradutor é visto como secundário, porque esse profissional se revela como o instrumento que permite que tal processo aconteça.

Entretanto, há outro caminho para considerarmos a tradução e, conseqüentemente, o papel que o tradutor exerce nela: podemos seguir essa concepção tradicional ou, ao contrário, considerar o ato de traduzir como *processo tradutório*. Tal concepção é a adotada pela AD pêcheuxiana, e é com base nela que este trabalho pretende pensar a tradução e também o papel que o tradutor exerce nesse processo, como explanado na Introdução.

De acordo com a concepção de processo tradutório, o discurso do tradutor está presente em todo o texto traduzido, pois nesse âmbito é impossível a esse profissional reproduzir tal e qual o texto original, sendo o texto traduzido expresso por seu discurso, um resultado de seu discurso, de sua interpretação, mesmo se construído sobre uma matriz, que é o texto original.

No entanto, esse lugar *explicitamente discursivo* dado ao tradutor é visto como marginal, ou seja, como não integrante do corpo do texto principal, a tradução. E o que é a margem, *na noção corrente*, senão aquilo que está fora, que limita, que permeia, mas que não se integra? Nesse caso, saindo do apagamento dado ao tradutor pela noção de que ele reproduz o texto original, o lugar que lhe resta é *à parte, fora*, lugar que *circunda*, que *circunscreve*, mas que não pertence ao que margeia. Será? E o que é a margem? Será mesmo o que está fora, o que circunda, não tendo relação com o que está dentro a não ser aquela de limite? Se seguirmos o pensamento de Derrida, é exatamente o contrário, pois

[...] a margem não é um *além*, o que prescreveria o limite. Não é, por conseguinte, um “fora” (*dehors*) em oposição a um dentro (*dedans*). [...] O

fora e o dentro se reescrevem e não se separam. A margem e o “marginalizado”, o “disseminado”, o “suplemento” e a possibilidade de ser da escritura (re)compõem o texto; mais do que exteriores a ele, são o “interior do interior”, razão de ser da estrutura que se deixa ler dentro (e) fora da superfície significante. (SANTIAGO, 1976, p. 57).

Se considerarmos esse modo de conceber a *margem*, local em que seriam colocados os paratextos da tradução, em que o discurso do tradutor efetivamente aparece, como dissemos no início, aqueles passariam a fazer parte do que teoricamente limitam, circundam, porque na verdade seriam uma extensão deste. E, por que não?, uma vez que, ao pensarmos a tradução como processo tradutório, como produção de discurso, consideramos todo o texto traduzido como fruto do discurso de uma pessoa: o tradutor.

O interior e o exterior que se imbricam, se misturam, se complementam, não como entes separados, mas como dois momentos de um mesmo processo. A margem (os paratextos) e o marginalizado (o tradutor) seriam, nesse caso, “mais do que exteriores a ele, [...] o ‘interior do interior’, razão de ser da estrutura que se deixa ler dentro (e) fora da superfície significante”. Assim, o tradutor apresenta-se como aquele que, segundo Michaud (2005, p. 121), faz “provavelmente uma das formas mais refinadas e superiores de leitura”. Ou seja, é aquele que descortina o texto do autor, interpretando-o, esmiuçando-o, não para resgatar seu pensamento, mas para virá-lo do avesso, trazer à tona outra “possibilidade de ser da escritura” que vai recompor o texto. O tradutor vai ao “interior do interior”, mergulha na alma do texto e transforma-o a partir desse contato, estando, nesse sentido, totalmente imerso no processo. A isenção de si mesmo, de “exatidão” e de “fidelidade” ao pensamento do autor do original, almejada na concepção corrente de tradução, é, assim, uma ilusão.

Neste momento, há um ponto importante do qual devemos tratar: a questão da produção de imagens no discurso. Com relação a isso, temos no conceito de formações imaginárias um dos pontos importantes da AD de Pêcheux e da discussão deste trabalho, pois, para esse autor, todo discurso será sempre produzido em função da imagem que fazemos do interlocutor, da situação na qual estamos inseridos e até de nós mesmos nessa situação. Além disso, as posições ocupadas pelos sujeitos — a posição-sujeito — nas situações discursivas também serão determinantes para a produção do discurso: de onde falamos, com quem, em que situação de discurso nos encontramos são importantes. Essas posições vão determinar, de certa forma, a maior ou menor legitimidade do discurso produzido, sua maior ou menor credibilidade, pois o discurso também é legitimado em função de quem o produz. Daí o saber científico ser respaldado como o discurso da “verdade”, por ser produzido em dada época, dado lugar, por determinados sujeitos que ocupam determinadas posições-sujeito. Desse modo, a posição que esses sujeitos ocupam faz com que esse discurso não seja questionado e ocupe um lugar privilegiado em detrimento de outros que não têm “respaldo científico”. Ou seja, o discurso será respaldado pelo eixo poder-saber (e aqui remetemos a Michel Foucault): que lugar ocupo, que posição de poder é essa e, em função desse lugar, que saber produzo? É desse ponto que trataremos no tópico seguinte deste texto: o poder-saber presente no discurso do tradutor.

PODER-SABER: O EIXO DA TRAMA DISCURSIVA

Foucault não empreendeu uma análise da tradução. Entretanto, seu trabalho sobre as articulações do poder pode servir de base para se examinar o discurso do tradutor. Nesse caso, o lugar discursivo dos paratextos — prefácios, introduções, notas de tradutor etc. — será visto como local de poder-saber, expressão foucaultiana que abarca seu olhar sobre a sociedade e

suas transformações. Afinal, segundo o próprio autor, em *A vontade de saber* (FOUCAULT, 2007, p. 18), “o poder penetra e controla o prazer cotidiano — tudo isso com efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação, mas também de incitação, de intensificação, em suma, as ‘técnicas polimorfos do poder’”. E se o poder tem várias formas, se permeia o cotidiano em múltiplas atuações, seu polimorfismo também é expresso no discurso, tanto cotidiano quanto acadêmico, tanto corrente quanto legitimado.

E é deste último que este item irá tratar: do discurso do tradutor legitimado pela posição que ele ocupa. Que poder esse discurso irá engendrar e que saber está ligado a esse poder? Ou melhor: como a relação poder-saber legitima esse discurso?

Como dissemos anteriormente, as posições ocupadas pelos sujeitos — a posição-sujeito — nas situações discursivas também serão determinantes para a produção do discurso: de onde falamos, com quem, em que situação de discurso nos encontramos são relevantes.

A posição-sujeito não remete a um lugar subjetivo, individual, mas à posição que o indivíduo ocupa para dizer o que diz. Insere-o, assim, em um contexto social que determina o que pode e deve ser dito, de que forma, em que momento, por quem. Isso quer dizer que essa posição-sujeito sofre assujeitamento, pois está ligada à forma-sujeito histórica, isto é, em dado momento histórico, é a partir da forma-sujeito histórica que as posições-sujeito surgem e se apresentam. Segundo Orlandi:

A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. (ORLANDI, 2005, p. 50).

Nesse sentido, a forma-sujeito histórica submete os indivíduos, em suas posições-sujeito, ao discurso, que, por sua vez, ganha maior ou menor legitimidade dependendo do lugar e da posição social que o produtor do discurso ocupar — isto é, da posição-sujeito. É esse grau de legitimação que vai fazer com que determinado discurso, produzido em determinada época e por determinada pessoa ou grupo de pessoas, remetidas a dada inserção social, ganhe legitimação tal que seja tomado como regime de verdade. É esse estabelecimento de determinados regimes de verdade (o discurso sobre a loucura, a sexualidade, a prisão) que é o objeto de estudos de Foucault.

Contudo, não existe um “regime de verdade discursivo”. A verdade é produzida *pelo* e *no* discurso, e o que Foucault procura mostrar é que essas “verdades” podem se modificar a partir do momento em que as regras de formação dos discursos que “portam” essas supostas verdades são modificadas. E se o discurso produz “efeitos de verdade”, está, por sua vez, permeado pelos efeitos de poder que percorrem todo e qualquer discurso.

A noção de poder para Foucault, entretanto, difere do que entendemos correntemente por poder. Não se trata de algo simplesmente repressivo; ele está pulverizado no tecido social, em todas as instâncias, bem como nas produções discursivas. Segundo suas próprias palavras: “O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se tratam os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres...” (FOUCAULT, 2006 [1973], p. 262). Nesse sentido, o poder é produtor: de individualidade, de mais poder, de segregação, mas também de junção. Ele não vem de cima, mas se espraia, configurando-se em um micropoder, que é mais eficaz que o poder reconhecido como autoritário — mais eficaz porque não localizável.

Foucault parte das instâncias discursivas para descobrir nelas esse agenciamento de poder insidioso e permanente. Um poder que coage os saberes, mantendo-os em uma teia discursiva que “seleciona”, por assim dizer, quais saberes devem ou não ganhar legitimidade.

Segundo ele, quando se elege um saber, ou um discurso — o científico, por exemplo —, como o saber legítimo, desqualifica-se, em contrapartida, outro que não pode ganhar esse estatuto. Nesse sentido, a produção de saberes está sempre em uma relação dialética com a desqualificação também de saberes.

Portanto, o que Foucault pretende é trazer à tona esses saberes não legitimados e desqualificados pelo poder. É descobrir, perceber os efeitos de poder que são expressos nesses discursos, que fazem com que a trama discursiva seja permeada pelo binômio poder-saber.

Assim, para Foucault, saber e poder são inseparáveis. E se o poder muitas vezes se expressa por meio do saber, como no caso dos discursos científicos, o saber, por sua vez, tem sua expressão maior no discurso, e daí este se torna a unidade de análise da qual Foucault parte na consideração de seus objetos de estudos. Dessa forma, considerar o discurso do tradutor como local de exercício de poder, expresso principalmente nos paratextos da tradução, é fundamental ao pensarmos esse profissional como produtor de saberes, pois poder e saber são inseparáveis para Foucault, uma vez que, para ele, não existe um “poder”, no sentido absoluto da palavra, mas micropoderes, que estão pulverizados no tecido social e nas relações, e macropoderes, estes tendo como representantes principais o Estado e as instituições.

Assim, se o poder faz parte da trama discursiva, se ele a perpassa sem ser sua origem, o que há na relação discurso-poder-saber é, pode-se supor, um mecanismo de retroalimentação, em que as três instâncias engendram umas às outras, autorregulando-se, autoproduzindo-se e produzindo, por sua vez, efeitos na trama social. Um saber que é expresso em um discurso legitimado por determinado poder.

TRADUÇÃO: FIDELIDADE A QUÊ?

Retomando a questão da produção de imagens no discurso, devemos pensar: se este é sempre produzido por meio de imagens, logicamente que o discurso do tradutor também será permeado por elas. A tradução produzida por ele será, assim, o resultado de sua interpretação, como já dito, mas também será recortada pelas imagens que o tradutor produz do texto original, remetido, seja dito, à cultura na qual está inserido, à época em que foi produzido. Nesse sentido, todo discurso é produtor de imagens, e a tradução, como discurso, também produzirá as suas.

Esse ponto é importante porque, no caso da tradução, logicamente quem faz esse processo acontecer é o tradutor, por meio de seu discurso, que está presente em toda a tradução, mas que claramente se mostra no local por excelência de visibilidade: os paratextos.

Cabe aqui uma reflexão sobre a noção de fidelidade. O regime de fidelidade textual é altamente reivindicado em termos de tradução. Correntemente se diz que uma tradução é ruim porque não “seguiu” tal e qual o texto original, e alguns críticos chegam ao ponto de questionar por que as palavras não são quase as mesmas, expressas na materialidade textual, algo que se configura inaceitável. Esse caminho, de preconizar uma “fidelidade” ao texto original, revela-se impossível pela perspectiva da AD, pois, se esta “considera que a linguagem não é transparente” (ORLANDI, 2005, p. 17), o sentido não está presente nas palavras, mas é produzido no próprio discurso, considerando suas condições de produção, as formações discursiva e ideológica nas quais se insere e levando em conta que todo discurso tem efeitos de sentido em seus interlocutores, que produzem imagens de todo o processo discursivo. Nesse sentido, buscar uma fidelidade em termos de tradução é exigir do tradutor que ele resgate do texto a “mensagem” que o autor queria passar (posição adotada pelas concepções tradicionais de tradução), é eliminar o sentido de tradução como interpretação, pessoal e intransferível. Tal processo, de acordo com a AD, se mostra falso e inconsistente.

Assim, os paratextos da tradução são o local de evidência do discurso do tradutor, expresso na materialidade textual, isso é claro, o lugar onde ele se mostra, onde aparece, onde se deixa ver, mas também o lugar onde pode revelar seu conhecimento, dar opiniões, fazer correções ou observações sobre o texto original e, também, o lugar explícito no qual se dirige ao leitor, ou seja, o lugar no qual pode mostrar seu saber, seu poder-saber.

CONCLUSÃO

Em *Microfísica do poder* (1979, p. 13), Foucault discorre sobre o intelectual, figura para ele importante na trama social do poder-saber:

[...] ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades. [...] É então que sua posição pode adquirir uma significação geral, que seu combate local ou específico acarreta efeitos, tem implicações que não são somente profissionais ou setoriais. Ele funciona ou luta ao nível geral deste regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade. Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” — entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribuem ao verdadeiro efeitos específicos de poder” [...].

Dessa forma, retomando a questão dos paratextos da tradução, pensá-los de uma perspectiva de análise passa a ser muito mais do que pensar o lugar em que o tradutor se revela, se mostra, aparece. Trata-se, sobretudo, de pensar o lugar do discurso do tradutor, e, assim, o lugar de produção de conhecimento, de produção de saber e, conseqüentemente, de exercício de poder, em virtude da posição que ele ocupa na sociedade (posição-sujeito, segundo Pêcheux), posição essa que dá a seu discurso um caráter de “verdade”, pois ele passa a ser legitimado.

Para entender o discurso do tradutor nesse sentido, é preciso ressaltar que, sob a presente perspectiva de análise, não existe a dicotomia linguagem/realidade, pois a realidade não pode ser considerada como uma “entidade”, ou seja, algo que tem uma essência em si, aprioristicamente falando. Assim, se o discurso não é algo que se diz sobre uma realidade preexistente, que pode retratá-la, a realidade é construída *pelo e no* discurso, na prática, o que questiona a crença em uma verdade “transcendental” que deveria ser buscada, mas que nunca poderia ser alcançada, porque é inacessível. Essa verdade, na visão foucaultiana, não existe. Ela também é produzida pelo e no discurso, sendo corroborada por determinadas práticas discursivas. Ou seja, *a verdade é construída*.

Segundo o próprio autor:

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Assim, se pensarmos o discurso do tradutor por essa via, poderemos afirmar que a tradução, ao ser considerada como reprodução “fiel” do texto original, “re-produção”, na concepção tradicional, no sentido de produzir algo novamente, já produzido antes, pode ser comparada à questão de se buscar a verdade absoluta, “essencial”, transcendental, de algo. No sentido de existir *a priori* uma “essência” das coisas, que devemos tentar alcançar a todo custo. No caso deste texto, essa essência seria o próprio “pensamento” do autor, expresso no texto original, suas ideias, que caberia ao tradutor “des-cobrir” (ou seja, mostrar o que estaria encoberto) e “re-produzir” no texto traduzido. Nesse sentido, a única coisa que poderia obstar esse processo seria sua incompetência em “des-cortinar” (ou seja, tirar o véu) esse pensamento previamente dado, que está à disposição. O tradutor deveria ser hábil para trazê-lo à tona e revelá-lo ao leitor ávido pela verdade. Essa definição da tradução, que a resume a simplesmente uma reprodução tal e qual do texto original, é a definição corrente, que a AD, como visto, ao ser usada para analisar o processo tradutório, questiona.

Se o discurso é prática e se a noção de “verdade” é produzida nele, não cabe ao tradutor “buscar” uma verdade previamente dada, em um plano metafísico qualquer (no caso, sendo esse plano o texto original do autor), mas sua tarefa será sempre a de produzir um discurso próprio, que será uma interpretação (entre tantas possíveis) e trará em seu bojo outros discursos, outras interpretações e todo um contexto social que se refletirá, em maior ou menor grau, em seu texto. Os discursos não têm uma “verdade”, um núcleo ao qual se pode chegar, no qual está a ideia que deve ser resgatada. Isso significa que é impossível ao tradutor chegar ao que o autor “quis dizer”, pois ambos os discursos, do tradutor e do autor, são únicos em si mesmos. Não existe uma “verdade transcendental” a ser revelada e transmitida. Existem discursos a serem formulados, que estão sujeitos a certas condições de produção, condições econômicas, sociais, do próprio “assujeitamento” do sujeito, ou seja, condições que envolvem o discurso e que o determinam.

Considerar o discurso do tradutor como local de exercício de poder é fundamental ao pensarmos esse profissional como produtor de saberes, pois poder e saber são inseparáveis para Foucault, pois, para ele, não existe um “poder”, no sentido absoluto da palavra, mas micropoderes, que estão pulverizados no tecido social e nas relações, e macropoderes, estes tendo como representantes principais o Estado e as instituições.

Esses macropoderes e micropoderes imbricam-se, entremeiam-se, e o que vemos é uma rede de exercício de poderes, uma trama, na qual todos exercem uma parcela de poder.

Assim, na perspectiva foucaultiana, qualquer relação social engendra um poder, e, se trouxermos isso para o campo discursivo, poderemos dizer que todo discurso também engendra um poder e um saber, um poder-saber, e que nesse sentido também existem microssaberes, ou seja, um saber que se pulveriza, que possibilita a cada um assumir uma posição, emitir uma opinião, mostrar seu saber “individual” (ou pelo menos ser percebido como tal), lembrando que o indivíduo, quando se estabelece, passa a exercer também uma parcela desse poder.

Assim, retorno ao ponto em que a tradução, ou o processo tradutório, como aqui tratada, é sempre o resultado de um trabalho de textualização do tradutor a partir daquele realizado pelo autor, pois é fruto de sua (do tradutor) interpretação do texto original. Pode-se considerar, nesse sentido, que esse profissional adquire um *status* de autor, esclarecendo, de certa forma, por que um mesmo original vai produzir tantas traduções diferentes quantos forem os tradutores, pois os discursos expressos nos textos são diferentes, dependendo das condições de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. 18. ed. São Paulo: Graal, 2007. v. 1.

FOUCAULT, Michel. (1973). Diálogo sobre o poder. In: _____. **Ditos & escritos:** estratégia, poder-saber. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. IV, p. 253-266.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MICHAUD, Ginette. Freud: N. do T. ou afetos e fantasmas nos tradutores de Freud. In: OTTONI, Paulo (Org.). **Tradução:** a prática da diferença. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2005. p. 97-124.

MITTMANN, Solange. **Notas do tradutor e processo tradutório:** análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

SANTIAGO, Silviano (Superv.). Margem (*marge*). In: **Glossário de Derrida.** Trabalho realizado pelo Departamento de Letras da PUC/RJ. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 57.